

coleção documentos universitários 12

A Universidade Brasileira nos anos 80

IMPRESA UNIVERSITÁRIA • UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Coleção Documentos Universitários

12

A Universidade
Brasileira
nos Anos 80

(Trabalhos apresentados em mesa-redonda promovida pelo Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público, da Universidade da Bahia, na 33.^a Reunião da S.B.P.C., em Salvador).

Fortaleza - Ceará - 1981

Esta Coleção está aberta à participação de todos os membros da Comunidade Acadêmica, cujas contribuições poderão ser endereçadas a:

Reitoria da Universidade Federal do Ceará
Av. da Universidade, n.º 2853 — Benfica —
60.000 — Fortaleza - Ceará

Editor da Coleção
Prof. Marcondes Rosa de Sousa

Sumário

| | |
|---|----|
| Apresentação | 5 |
| Tendências na Educação Superior Brasileira no início da década de 80 (Aspectos Qualitativos) — <i>Sofia Lerche Vieira</i> | 6 |
| Algumas tendências atuais da evolução do ensino superior no Brasil (Aspectos Quantitativos) — <i>Vicente de Paulo Carvalho Madeira</i> | 20 |
| Tendências da Educação Superior Brasileira no início da década de 80 (Aspectos Organizacionais) — <i>Jorge Haje Sobrinho</i> | 32 |

Apresentação

Nos anos 70, transformações profundas marcaram a universidade brasileira. Nessa década, com efeito, a comunidade universitária do País — em um clima de euforia pelo “milagre brasileiro” e de autoritarismo político-institucional — assistiu, silente, à implantação da Reforma Universitária, à expansão quantitativa das Instituições de Ensino Superior, à depreciação qualitativa do ensino de graduação, a par, em contrapartida, da modernização das práticas gerenciais na administração universitária.

No início dos anos 80, o quadro na universidade brasileira prenuncia-se antitético em relação ao da década passada. Na verdade, assiste-se hoje, em meio a uma atmosfera de crise econômica e de “abertura política”, à busca pela melhoria qualitativa do ensino, ao questionamento insistente da Reforma Universitária e ao crescente movimento de participação no processo decisório das instituições pela comunidade universitária.

Para onde caminha a universidade brasileira? Este, o tema ora enfocado pela Coleção Documentos Universitários. Os trabalhos aqui enfeixados, numa prospecção dos anos 80, embasada na retrospectiva sobre os anos 70, tentam ensaiar responder à questão.

O Editor.

Tendências na Educação Superior Brasileira no início da década de 80 (Aspectos Qualitativos)

*Sofia Lerche Vieira **

I — O SENTIDO DA DISCUSSÃO SOBRE QUALIDADE

Embora o tema de nosso debate esteja voltado para o momento presente e deva direcionar-se para prospecções a respeito de um futuro próximo, gostaria de começar por uma colocação bastante antiga que provavelmente nos remeterá às origens desta discussão.

Nas ruínas da Babilônia foi encontrada uma inscrição com as seguintes palavras: “os jovens são maliciosos e preguiçosos; eles nunca serão como a juventude costumava ser antes; a juventude de hoje não será capaz de manter nossa cultura”. Grande parte da discussão que no momento se faz em torno da qualidade do ensino é semelhante à citação da Babilônia — sempre haverá defensores de uma qualidade perdida e a afirmativa de que bom era o que existia antes. Aliás, essa postura não é nova na educação brasileira. Conforme assinala CUNHA, a instituição dos exames vestibulares em 1911

(*) Da Universidade Federal do Ceará.

tinha por objetivo “recompôr a qualidade do ensino pela exclusão de candidatos julgados menos capazes de estudos superiores” (1). Com efeito, incontáveis são as denúncias dos atentados cometidos sistematicamente contra o vernáculo por nossos estudantes. Certos críticos e teóricos da educação soam nostálgicos e enfadonhos quando, não apenas por ocasião do concurso vestibular, como no dia a dia de nossa vida universitária, testemunham sua perplexidade diante da “ignorância” da juventude atual. Pessoalmente, prefiro discordar daqueles que desconfiam da sabedoria dos jovens, pois, a meu ver, se alguma “qualidade” está ameaçada, não é por culpa dos mais novos mas justamente porque os mais velhos encontram dificuldades em captar e definir o que seja ‘qualidade’ numa sociedade em constantes mudanças e transformações. Os próprios críticos da “ausência de qualidade” não têm sido capazes de contribuir com alternativas simples, viáveis e úteis, capazes de solucionar o problema da qualidade da educação superior.

As ênfases podem diferir, mas ameaças à suposta qualidade sempre existirão. Se hoje os bodes expiatórios são as provas objetivas, os “cursinhos”, os concursos vestibulares, e os demais protagonistas da chamada “educação de massa”, amanhã, sem dúvida, serão outros.

Embora, a nível do Ministério da Educação e Cultura, hoje se afirme ser “inócua a discussão da qualidade do ensino universitário por ela assumir uma visão totalmente unilateral” (2), alguns meses atrás, entretanto, era francamente popular, no discurso ministerial, a expressão “pedagogia da qualidade”. Seria apenas semântica a discussão sobre qualidade do ensino? Ao que tudo indica, esta polêmica encobre mais significados do que o que o próprio termo aparentemente traduz.

Sem dúvida, não parece existir um consenso a respeito deste controvertido tema, pois quando os diferentes setores da comunidade educacional se pronunciam sobre a questão da qualidade do ensino, nem sem-

pre é possível evidenciar um denominador comum em seu discurso. Percebe-se assim que uma das características da 'qualidade' é a variabilidade de interpretações que a tal 'qualidade' pode ter. Os que conferem à qualidade uma dimensão estática são partidários dos defensores da citação das ruínas da Babilônia. A estes passa despercebido o fato de que o conceito de qualidade é dinâmico, sujeito a transformações.

Observe-se ainda que qualidade não é um conceito abstrato, mas constitui um valor que sempre está associado a algo concreto. Ao se discutir o tema, há que se definir parâmetros para sua análise, bem como assimilar o seu caráter dinâmico. O que era considerado requisito para melhoria qualitativa, a nível do próprio MEC, na década passada, já não o é no presente, a exemplo do que se observa com relação à política de qualificação docente ora em vigor. Enquanto nos anos 70 foi reforçada a importância dos títulos acadêmicos e da produção científica como atestado de qualidade, hoje a situação se modificou, haja vista o Decreto de Reformulação da Carreira do Magistério, que eliminou os incentivos por titulação acadêmica e produção científica.

O discurso oficial parece conduzir à constatação de que os critérios de qualidade variam de acordo com as mudanças da política educacional. No presente momento, qualidade passou a ser associada ao grau de integração existente entre a universidade e a educação básica: "O reconhecimento da existência de interfaces força-nos a avaliar a qualidade sob o aspecto bidimensional ensino-aprendizagem, onde a aprendizagem é consequência da própria qualidade da ação ensino-aprendizagem verificada no nível básico (...). A integração da Universidade com o ensino básico é, portanto, uma forma de engendrar, garantir e repassar qualidade, o que vale dizer, de melhorar interna e externamente os efeitos de sua própria mudança qualitativa. A qualidade do ensino depende essencialmente da qualidade do aluno e esta

tem que ser buscada e obtida nas raízes do sistema educacional” (3).

O reconhecimento de que a qualidade do ensino superior está relacionada com a qualidade da educação básica é, sem dúvida, procedente. Vincular, todavia, a qualidade do ensino apenas à qualidade do aluno também seria inócua porque unilateral, para usar a linguagem do MEC. Por outro lado, qualidade não depende somente da associação ensino-aprendizagem, pois a origem dos problemas qualitativos da nossa educação, todos sabem, não se encontram apenas na relação professor-aluno. Ao contrário, é fora da escola que se geram as condições para que se estimule a dimensão qualitativa da educação.

II — RELAÇÕES ENTRE QUALIDADE E QUANTIDADE

A questão da relação entre quantidade e qualidade no ensino superior é outro aspecto que merece ser analisado com referência ao tema da qualidade e seus atributos. Este assunto tem recebido atenção de inúmeros estudiosos. PORTELLA, por exemplo, associa qualidade a *produtividade* e quantidade a *produção* (4). GARCIA, por sua vez, assinala que as discussões sobre qualidade *versus* quantidade parecem encobrir posturas de fato conflitantes, quer sejam tendências elitistas e democráticas com relação à educação (5).

“No caso brasileiro em particular, muitas das discussões referentes à *qualidade* e *quantidade* de ensino, no momento presente, denotam a enorme dificuldade para a aproximação entre teoria e prática. Via de regra, os educadores, formados em época onde o ensino constituía um privilégio que só podia ser partilhado por aqueles de melhor condição sócio-econômica e onde o bom ensino era aquele que preparava para as carreiras que asseguravam prestígio social, tendem a reagir negativamente a qualquer medida prática que vise a ampliar as oportunidades

educacionais, sob o pretexto de que isto implica em rebaixamento da qualidade" (6).

Na verdade, sabe-se que o conflito quantidade / qualidade apresenta um falso dilema, pois, em dado momento, a própria quantidade gera qualidade. A exemplo disso, observe-se o acentuado crescimento da pós-graduação na década passada, sem dúvida responsável por boa parte do acervo científico que vem se formando no País. A política educacional desenvolvida, todavia, parece privilegiar momentos de quantidade ou qualidade, sem que, contudo, haja preocupações marcantes em integrar quantidade e qualidade.

Este problema não parece afetar unicamente o Brasil. Recente reportagem em jornal de grande circulação nacional sobre os problemas educacionais de diversos países do mundo aborda a questão de urgência de se conciliar expansão quantitativa com melhoria qualitativa do ensino no Japão. Assinala-se nesta discussão que "a perigosa tendência para contrapor o desenvolvimento quantitativo à melhoria qualitativa pode levar a um tipo de política educacional neoconservadora com ênfase em tendências elitistas e um decréscimo de responsabilidade estatal pela educação. Os países em desenvolvimento, de fato, não têm escolha. Precisam de mais e de uma melhor educação. Têm de manter a expansão e, ao mesmo tempo, aperfeiçoar seus sistemas de ensino, caso queiram diminuir a brecha que os separa dos países industrializados e progredir em direção à nova ordem econômica internacional" (7).

Nessa mesma linha, documento elaborado ainda sob a influência da gestão do Ministro Portella enfatizava que uma das tendências a ser desenvolvida no período 1980/85 seria: "considerar a expansão do ensino superior como um componente natural de uma sociedade em desenvolvimento sem tentar, a rigor, impedi-la ou acelerá-la. A expansão deverá pautar-se por critérios que possam harmonizar as aspirações e necessidades sociais

com a capacidade do sistema acadêmico visto no contexto geral da sociedade brasileira” (8)

Já foi observado que a educação superior brasileira tem atravessado fases de *abertura* (ou expansão de vagas) e *fechamento* (ou contenção de vagas) que equivalem a diferentes momentos da política educacional desenvolvida pelo governo (9). Nos anos do chamado “milagre brasileiro”, por exemplo, foi acentuada a ênfase em crescer e multiplicar o alunado do ensino superior. Após a fase de acentuada expansão, quando o número de matrículas passou de 120 mil, em 1968, para 1 milhão e duzentos, em 1978, passou-se a um período em que foram retomados com insistência os temas da “qualidade do ensino”. Com efeito, a partir de 1974 a política de expansão foi desacelerada, sendo uma de suas principais justificativas a queda da qualidade do ensino. Gradativamente o posicionamento do governo a esse respeito foi se firmando. Em um período inicial, por exemplo, foi dito que a política do governo federal seria de “não conter nem estimular a expansão” (10) até que se explicitasse melhor, já em 1981, o sentido de certo modo ambíguo da afirmação. No expediente encaminhado aos reitores pelo MEC, em 08/03/1981, o objetivo pretendido se esclareceria: “a atual política antiinflacionária de restrição dos dispêndios do setor público (...) parecem indicar a conveniência de o Governo determinar, em princípio, a *não expansão da rede federal do ensino superior*, seja em termos de instituições, seja em termos de cursos novos” (11).

Este posicionamento seria reforçado pelo ato legal de não autorização de novos cursos pelo CFE, recentemente aprovado.

Tendo conhecimento de que a análise das tendências quantitativas na educação superior brasileira será em outro trabalho aqui abordada, não me alongarei na discussão deste ângulo do problema. Assinalo, todavia, que as tendências quantitativas incidem diretamente

sobre as tendências qualitativas. A meu ver, tal questão não será equacionada enquanto qualidade e quantidade permanecerem sendo encaradas como alternativas mutuamente excludentes. E nestas circunstâncias uma indagação emerge: poderá o governo resistir às pressões por maior quantidade de educação superior? Os dados dos vestibulares mais recentes evidenciam que estas pressões tenderão a aumentar. No passado, solucionou-se o problema através de uma proposta de reforma do ensino superior. Evidentemente que uma alternativa para equacionar os problemas da educação superior não passará hoje apenas pelo crivo de mais uma solução legal.

Por outro lado, é de se questionar a ênfase da dimensão qualitativa veiculada no discurso oficial, justamente em um momento em que as próprias instituições de ensino superior federais encontram-se sob a ameaça de se verem desprovidas de recursos para dar prosseguimento à administração de suas atividades básicas — o ensino, a pesquisa e a extensão. Se difícil é definir o que é 'qualidade', uma coisa é certa: não é possível assegurá-la sem um padrão mínimo de subsistência. Aqueles que vivem o dia-a-dia das universidades, não interessa o argumento de que à educação têm sido destinados "todos os recursos possíveis, mesmo que insuficientes" (12), se, na sala de aula, por exemplo, falta giz para o professor escrever e papel para os trabalhos didáticos, e esta é uma situação hoje comum em muitas das universidades brasileiras.

É de se louvar a atitude governamental de "redirecionar" certas prioridades em educação, mas não será transferindo recursos de um grau para outro que o problema será resolvido. O que importa, obviamente, é assegurar o máximo de recursos para a educação como um todo, e não apenas "repartir o bolo" antes que o ferimento da qualidade o ajude a crescer. Abandonar o ensino superior federal à sua própria sorte no momento

em que este vive uma de suas maiores crises financeiras representaria, sem dúvida, uma omissão do Governo Federal em relação a problemas que foram decorrentes, em grande parte, de uma política desenvolvida sob sua responsabilidade.

III — TENDÊNCIAS EMERGENTES

No quadro de normalização institucional democrática do País, alguns reflexos significativos começam a repercutir sobre a educação superior. Na medida em que novas tendências se configuram no âmbito da sociedade civil, novas tendências se manifestam também no cenário da universidade brasileira.

1 — Do ponto de vista do planejamento e da administração da educação superior federal, começam a surgir evidências de que a fase de circunscrição do planejamento a algumas esferas da administração federal parece estar em vias de superação.

A experiência do III PSECD, por exemplo, constitui uma tentativa do que vem sendo denominado “planejamento participativo”. Também a nível de secretarias do MEC, o planejamento participativo encontrou adeptos, a exemplo de algumas iniciativas promovidas pela SESU. Iniciativas dessa ordem, entretanto, esbarram em obstáculos decorrentes da precariedade de recursos destinados a promoções desta natureza.

A maior participação daqueles que se acham envolvidos com a execução deverá apresentar resultados positivos, no que se refere a aspectos qualitativos. Na proporção em que outros escalões passam a ser consultados e ouvidos na definição do planejamento de atividades que exercem, tende a haver um maior envolvimento de todos no projeto educacional da Nação. Por outro lado, o planejamento educacional participado apresenta a possibilidade de atender, com maior precisão, às necessidades de educação da sociedade.

2. A mobilização da comunidade universitária representa certamente outra tendência que deverá repercutir de modo significativo sobre a qualidade da educação superior. Observa-se que o grau de participação da comunidade universitária nas decisões sobre educação superior tende a aumentar, na medida em que as associações discentes e docentes vêm preenchendo um espaço antes apenas timidamente vislumbrado. Embora não tenham ainda havido alterações substanciais na estrutura de poder formal existente nas IES federais, nelas delinea-se uma estrutura de poder informal e atuante. Embora, por exemplo, a legislação em vigor estabeleça que a escolha dos dirigentes seja de competência de órgãos colegiados de composição relativamente fechada, experiências inovadoras nesse sentido vêm sendo aventadas, com ampla participação do corpo discente e técnico-administrativo e com todos os riscos que experiências pioneiras de democratização na forma de escolha de dirigentes apresentam. Ressalte-se que o movimento de mobilização não se estende a todos os setores da comunidade universitária. Em certas áreas (Direito, Engenharia e Medicina, por exemplo) esse movimento chega até a ser criticado e visto como ativismo político. Tais experiências, todavia, podem representar uma mudança qualitativa decisiva na vida universitária. De algum modo, parece haver sinais de rompimento no estado de apatia e alheamento até pouco generalizado em amplos setores da universidade. Romper a apatia, sem dúvida, é um requisito para assegurar qualidade na educação superior.

3. O questionamento que se vem fazendo sobre a Universidade obviamente que não se encerra no interior de seus muros. No novo cenário econômico e político, a sociedade começa a se posicionar a respeito da "crise da universidade" e, em futuro próximo, tenderá a exigir mais da educação superior. Esta, que no passado constituiu privilégio de uma pequena minoria, em período

mais recente foi estendida às camadas médias da população. Ocorre, todavia, que, na medida em que aumentaram as oportunidades de acesso à educação superior, foi diminuindo o poder simbólico do diploma. Este, que até certo momento da década passada garantiu acesso a empregos de nível superior, pouco a pouco foi-se “proletarizando”. Embora o malogro do diploma venha-se evidenciando mais e mais na proporção em que diminuem as oportunidades de colocação em trabalho que demanda instrução superior, a sociedade ainda vê no acesso ao ensino superior um “canal de ascensão e manutenção social”. A política educacional ora em vigor parece revelar que a sociedade, de uma forma ou de outra, deverá fazer sacrifícios cada vez maiores, sob a forma de anuidade e impostos, para pagar pela educação superior. E, assim, naturalmente, tenderá a exigir da Universidade uma ação mais condizente com o período atual. O dado positivo desta exigência é que a cobrança de um bom trabalho pela clientela fará com que a Universidade redefina seu papel à luz de critérios reais e socialmente relevantes. O exercício de um diálogo mais constante entre a Universidade e a Comunidade poderá permitir que seja definido um projeto de educação superior mais condizente com as necessidades sociais. A qualidade, nessas condições, ganhará sentido e relevância na medida em que destinar-se à solução dos problemas que afetam a população como um todo. Conforme assinalou FURTADO em recente seminário realizado pela Federação das Indústrias no Ceará, deverá caber à Universidade o repensar das soluções institucionais necessárias ao País e, em particular, às regiões carentes.

4. Uma tendência que pode apresentar resultados positivos, em termos de melhoria qualitativa da educação superior, é a experiência de integração que ora se realiza no Nordeste em diferentes níveis do ensino superior federal. Não apenas os representantes da administração central das Universidades, como, também, do-

centes e pesquisadores vêm procurando realizar um trabalho de integração regional que deverá contribuir para significativos resultados no que diz respeito à qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. A busca de soluções conjuntas para os problemas da Universidade nessa região poderá fortalecer seu poder reivindicativo.

5. No que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa e extensão, há um certo consenso de que a universidade deve buscar maior identidade com a sua realidade imediata e mediata. A relação entre essas atividades deverá se redefinir, na medida em que a própria crise econômica deverá “exigir respostas mais inovadoras e posturas menos ortodoxas por parte da universidade. A busca de alternativas deverá ser a tônica, voltando-se o esforço para o material e os métodos de baixo custo e de maior adequação regional e local. Os primeiros impactos far-se-ão sentir nas linhas de pesquisa (o que a rigor já começou a ocorrer nas instituições que respondem mais rapidamente às mudanças do contexto). Em seguida, os efeitos deverão chegar à extensão e ao ensino, atingindo os próprios currículos e, quiçá, gerando novos cursos, em substituição, algumas vezes, a cursos antigos” (13). As implicações qualitativas dessas tendências deverão incidir diretamente sobre a qualidade da educação superior, resultando na busca de caminhos mais coerentes e condizentes com a realidade social, econômica e política.

6. A tônica da política educacional em dar prioridade às “estruturas básicas” vem requerendo da universidade um novo papel com relação aos demais níveis de escolarização. Do mesmo modo, “faz-se necessária a busca de desenvolvimento de múltiplas formas não convencionais de ação educativo-cultural, através de programas que permitam contemplar a educação não-formal” (14).

A interdependência entre os subsistemas escolares, hoje uma prioridade do MEC, deverá contribuir para diminuir o fosso existente entre os vários níveis educa-

cionais, ao mesmo tempo em que contribuirá para minimizar alguns dos efeitos negativos de uma educação fundamental que não atende às necessidades da maioria da população. Voltando-se para o atendimento às estruturas básicas, desaparecerá na universidade o argumento falacioso, de que “o ensino superior não pode ser bom porque os seus alunos não são bons”.

IV — COMENTÁRIO FINAL

Na discussão sobre qualidade, algumas colocações persistem como fundamentais na análise do tema. Duas perguntas básicas parecem necessitar de aprofundamento e estudo posterior. Em primeiro lugar, a definição de qualidade: o que é qualidade de educação superior hoje? Em segundo, que critérios permitirão definir um projeto de educação superior comprometido com sua melhoria qualitativa?

Como foi observado, qualidade não pode ser um atributo estático da realidade. Há que existir, porém, algum consenso em torno do que se considera “bom” e “mau” em matéria de educação superior. Muitos de nós encontraremos a dificuldade em definir o que é qualidade. Entretanto, todos saberemos identificar aquilo que tem qualidade ou não. Em matéria de educação superior poder-se-ia dizer que qualidade hoje é aquilo que contribui para o aprimoramento do ensino, da pesquisa e da extensão, atendendo às necessidades da maioria da população. Um projeto de qualidade deverá, pois, estar comprometido com a reflexão sobre um conteúdo real e socialmente relevante.

Na medida em que seja possível haver um certo denominador comum sobre o que é considerado qualitativamente importante e necessário, será possível redefinir um conceito de qualidade à luz de critérios que de-

verão emergir no próprio quadro da nova realidade que se vai plasmando na sociedade brasileira.

Por parte da educação superior, é imperativo que se cultive a sensibilidade para solucionar os velhos e novos problemas que existem na sociedade. A busca de alguns critérios e indicações para avaliar qualidade é uma tarefa indispensável àqueles que fazem educação. Na busca desses critérios importa sobretudo o esforço de abrir perspectivas inovadoras que permitam romper com as interpretações conservadoras da realidade e possibilitem a sua transformação. E, nesta busca, não há soluções prontas e acabadas porque como disse o poeta Antônio Machado:

“Caminhante, não há caminho
Caminho se faz a andar”.

V — REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) CUNHA, Luís Antônio. “Vestibular: volta do pêndulo”. *Exame crítico dos concursos vestibulares*. Simpósio realizado na 29.^a Reunião Anual da SBPC, São Paulo, julho/1977, p. 5.
- (2) BRASIL/MEC/SESU. *Integração da Universidade com as Secretarias de Educação para o desenvolvimento da educação básica*. Documento da SESU apresentado no Encontro Nacional de Secretários de Educação e de Cultura. Brasília, junho/1981.
- (3) Idem, p. 1.
- (4) PORTELLA, Eduardo. *Fundamento da investigação literária*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1974.
- (5) GARCIA, Walter. *Educação: visão teórica e prática pedagógica*. São Paulo, Mc-Graw Hill do Brasil, 1977.
- (6) Idem, p. 130.
- (7) JORNAL DO BRASIL, Caderno Especial, 05/07/1981, p. 5.
- (8) BRASIL/MEC/SESU. *Visão retrospectiva e tendências da educação superior brasileira*. Documento apresentado na IX Reunião do GULERPE (Grupo Universitário Latinoamericano para el

- estudio de la reforma y el perfeccionamiento de la educación). Brasília, dezembro/1980, p. 40.
- (9) CUNHA, Luiz Antonio. *Op. cit.*, p. 5 a 9.
- (10) SENTA, Tarcísio Guido Della. "Expansão do ensino superior e mercado de trabalho". Exposição apresentada no XXIII Seminário de Assuntos Universitários, CFE, Brasília, setembro/1980, p. 16 e 17 (mimeografadas). "A educação superior latino-americana no início da década de 80". Conferência realizada na Reunião do GULERPE, Brasília, dezembro/1980, p. 14. (Mimeografado.)
- (11) BRASIL/MEC/SESU. "Expediente encaminhado aos reitores das Universidades Brasileiras pela Secretaria de Ensino Superior do MEC". Brasília, 8 de março de 1981. (Mimeografado.)
- (12) Idem.
- (13) BRASIL/CRUB. "Perspectivas do Conselho de Reitores para a Década de 80". Documento apresentado pelo reitor Luiz Fernando Macêdo Costa na XXXII Reunião Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, Santa Maria, janeiro/1981, p. 11. (Mimeografado.)
- (14) Idem.

Algumas tendências atuais da evolução do ensino superior no Brasil (Aspectos quantitativos)

Vicente de Paulo Carvalho Madeira ()*

A evolução do ensino superior no Brasil parece se dar dentro da contradição expansão-contenção. Insiste-se freqüentemente no dilema quantidade *versus* qualidade, como expressão desta contradição. O importante, do ponto de vista de uma análise científica, é a investigação do sentido econômico, político e social deste fato.

1 — *Expansão e Contenção*

A expansão do ensino superior no Brasil (1960-1980) é uma evidência estatística. Não obstante, na própria curva constante desta expansão no período, podemos distinguir fases com características especiais.

De 1960 a 1964, num momento histórico de muita mobilização social e política, a demanda por ensino superior vai se concentrando. De 1964 a 1969, tem-se uma fase de tensão, indo até a explosão das pressões devidas

(*) Do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba.

**COLEÇÃO
DOCUMENTOS UNIVERSITÁRIOS**

1. Ciências Básicas no Currículo de Graduação
2. Para uma Teoria e Modelo de Organização Curricular do 1.º Ciclo
3. Seminário Geral – uma Tentativa de Administração Solidária
4. Vestibular – um Processo em Questão
5. Da Redação à Reflexão
6. A Idéia “1.º Ciclo” nas Universidades do Norte/Nordeste
7. Autarquia – Conceito e Características
8. Instrumentalidade no Ensino de Línguas Estrangeiras
9. Em Busca de uma “Sintaxe” Perdida
10. As Coordenações de Cursos e os Departamentos na Administração Setorial-Escolar
11. Universidade: Mão e Contramão